



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 27/2008 -----

-----Aos quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho e Coronel Albano José Ribeiro de Almeida.**-----

-----O Sr. Vereador Dr. José Francisco Tavares Rolo comunicou que chegaria com algum atraso à reunião por questões de ordem pessoal. -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

Doc. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 3 de Novembro de 2008, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **701.662,40 € (Setecentos e um mil seiscientos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Esteve presente a D. Isilda Maria Mendes Cordeiro, ex-funcionária desta Câmara Municipal que, na sequência da sua presença em reunião de 8/10/2008, começou por referir o seguinte: -----

-----“Há já um mês atrás lancei aqui a suspeita de que havia sido violado o princípio da igualdade, e questionei o Sr. Presidente nesse sentido e não me respondeu. Hoje afirmo com a certeza absoluta de que foi efectivamente violado esse princípio, em muitas situações como demonstrarei ao longo desta minha intervenção, se tiver tempo. *“Eu cumpro a Lei escrupulosamente”*, foram palavras do Sr. Presidente que eu então desmenti e vou continuar a desmentir com a certeza de que poderei fazer prova de imediato de todas as ilegalidades que invocar, e são muitas. Porém, hoje apenas terei tempo de invocar algumas que serão uma ínfima parte daquelas que tenho conhecimento e que oportunamente invocarei. Assim sendo, vou começar por dois processos já conhecidos, a Jornada Contínua e o Processo Disciplinar e, consequentemente, a aposentação compulsiva. Curioso é verificar quantas vezes a Lei foi violada em cada processo, senão vejamos:-----

-----Na Jornada Contínua, começamos pelo desacordo entre a informação dos serviços e a decisão do Sr. Presidente. Segue-se a falta da audiência prévia, a falta de fundamentação do Despacho de indeferimento. E uma violação ainda mais grave, quando recebeu a decisão do Tribunal Administrativo, o Sr. Presidente estava obrigado a dar conhecimento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, o que não o fez. Tenho a certeza de que, se a decisão fosse a seu favor, tê-lo-ia feito. Consequências desta ilegalidade, pelas violações à Lei há-de responder nos Tribunais,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

informo que está a ser preparada a acção cível que dará entrada no Tribunal competente muito em breve para pedido de indemnização. Quem pagará essa indemnização o Sr. Presidente ou a Câmara? E aos advogados quem vai pagar? -----

-----Vou-me reportar ao Processo Disciplinar, e aqui quantas as ilegalidades? Começamos pelo princípio. O Sr. Presidente violou a Lei quando me injustificou as faltas, 24 das 54. Violou também quando me descontou no vencimento em consequência dessa injustificação. Quando me instaurou o Processo Disciplinar. Quando nomeou o instrutor sabia que não poderia ser instrutor deste processo. Quando deixou seguir o processo sem audiência do arguido. E depois da aplicação da pena violou-se estrondosamente a Lei quando me desvinculou do serviço por completa desvinculação que só poderia correr com a decisão final da Caixa Geral de Aposentações. Estive sem auferir qualquer remuneração quatro meses. No dia 30 ou 31 foram lançar na conta o correspondente à pensão provisória de quatro meses, está errado uma vez mais, declaro aqui e agora que não vou abdicar do direito à minha remuneração mais subsídio de refeição e tudo aquilo a que teria direito se estivesse ao serviço. Recolhi informação junto de várias instituições tais como, o STAL, a ATAM, vários juristas, várias Câmaras a Caixa Geral de Aposentações, onde me desloquei três vezes, sendo certo de que esta tem estado em contacto telefónico comigo, assiduamente, sendo certo também que, foi na minha presença, que elaborou um Fax que lhe enviou, cujo teor o Sr. Presidente bem conhece. Toda a informação é unânime, eu não deveria ser afastada do serviço sem a decisão final da Caixa Geral de Aposentações. O Sr. Presidente fala de circulares que eu não vi em lado algum, e vou entretanto ler apenas uma parte de um parecer da Procuradoria Geral da República relativamente a esta matéria, reza assim *“Em caso de aplicação a um funcionário da pena disciplinar de aposentação compulsiva a desligação do serviço formaliza-se com a comunicação ao respectivo serviço da resolução final do processo de aposentação. Na decorrência dessa desligação passa o interessado à situação de aposentando e não de aposentado, até ao momento da produção dos efeitos da publicação de aposentação com direito a receber uma pensão transitória de aposentação, em conformidade com o disposto no artigo 99º, nº 3 do referido Estatuto. Consequentemente, o pagamento das quantias assim devidas, a título de pensão transitória de aposentação, constitui responsabilidade do serviço em que o subscritor tenha exercido funções através de verba destinada no âmbito desse serviço ao pessoal que se encontra em situação de desligado do serviço a aguardar a aposentação e não aposentado.”* Tenho procurado aqui, desde já há bastante tempo, a acta do dia 08/10/2008. Não a tenho visto ali afixada, fiz uma reclamação no livro de reclamações, curioso é, que ontem quando vim procurá-la, ainda lá não estava, hoje estava lá. Aquilo que eu li na acta “que o processo foi acelerado, que o Sr. Presidente fez questão nisso..., na Caixa Geral de Aposentações e tudo...”. E tudo o que está na acta eu tenho que contestar, porque Senhor Presidente, não vale a pena querer deitar-me areia para os olhos nem tentar tapar-me o sol com a peneira, isso não vai acontecer. O processo foi acelerado de facto, porque eu fui à Caixa Geral de Aposentações, e porque me ouviram e porque me responderam. Consequências deste processo, é evidente que já todos perceberam que este Processo Disciplinar foi apenas mais um acto de abuso de poder daqueles que o Senhor Presidente tem praticado na perseguição que, nunca soube porquê, me tem sido feita há já mais de 10 anos. Porque sei que este processo não chegou ao fim e o Tribunal Administrativo me vai dar razão, garanto-lhe que serei readmitida e indemnizada de tudo o que perdi e poderei vir a perder, quer patrimonial, quer moralmente. Quem pagará? O Senhor Presidente ou a Câmara? Até quando é que a Câmara pagará pelos actos cometidos com base em ilegalidades. Na qualidade de munícipe tenho direito de questionar, pois pago impostos neste concelho e não quero que o meu dinheiro ajude a pagar as ilegalidades cometidas contra mim. Vamos passar à violação do direito de igualdade.” -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----Neste momento, o Sr. Presidente chamou à atenção da D. Isilda de que “nos termos do Regimento da Câmara Municipal tem direito a cinco minutos de intervenção e que, neste caso, já havia utilizado sete minutos”, ao que aquela interveniente retorquiu que “olhe, eu fui informada de que teria direito a meia hora, deixe lá, o que não disser aqui, digo noutra, ou direi directamente aos jornais. E, olhe, hoje estão cá os jornais, eventualmente para a próxima estará cá a televisão, quem sabe.”-----

-----O Sr. Presidente referiu que “Portugal é um país livre e democrático, este órgão é um órgão democrático, e como tal está no seu direito. Mas está no seu direito cumprindo as regras que o órgão tem de funcionamento e essas regras estão a ser ultrapassadas, portanto vou conceder-lhe mais três minutos para continuar a sua exposição”-----

-----A D. Isilda prosseguiu referindo o seguinte “Violação do princípio da igualdade, antes a suspeita, agora a certeza. Foram pedidas certidões de assiduidade que, se não forem dadas à minha advogada, serão dadas ao Tribunal. Efectivamente, uma colega minha não esteve a assistir o filho apenas 54 dias, como eu, mas sim, penso eu, perto de 90. As faltas foram justificadas, porém, sendo justificadas deveriam ter sido descontadas no vencimento para além de trinta, deduzo que não foram. Informo que pretendo solicitar folhas de vencimento, certidões para verificar essa situação. Existe algum despacho a justificar as faltas, tal como existiu a injustificar as minhas? Deduzo que não, e se há, com que fundamentos? Não vale a pena fazê-los agora. Eu sei exactamente como tudo se passou. Estava cá, era e sou amiga dessa colega, e lamento que isto esteja a acontecer, e digo mais Senhor Presidente, se continuar a não responder terei de arrolar essa colega para testemunha, situação em que me desagrada colocar a colega. Provada a violação do princípio da igualdade, imaginemos uma situação, se porventura o Tribunal Administrativo der razão ao Senhor Presidente e considerar que estas faltas eram mesmo para injustificar, o que eu duvido, como fica a minha colega? Vai o Senhor Presidente injustificar-lhe as faltas agora e instaurar o devido processo disciplinar, e consequentemente aplicar a pena de aposentação compulsiva? Consequências desta violação. Tão bem formado que o Senhor Presidente é, e tão cumpridor escrupulosamente da Lei, sabe com certeza, que a violação do princípio da igualdade determina a perda de mandato. E, conhecendo-me também, deve imaginar que eu não vou abdicar de fazer estas, e outras participações ao Ministério Público, aliás, estão preparadas. Outra situação que viola a Lei e que brada aos céus. Em 1998 a legislação que previa as reclassificações foi alterada, sendo proibidas as reclassificações em cargos de chefia ou equiparados. O Senhor que conhece e cumpre a lei escrupulosamente, salvo erro, em 2001 procedeu à reclassificação de um Cantoneiro a encarregado, quando a Lei o impedia. Esse lugar só poderia ter sido ocupado por concurso, acontece que o funcionário que o Senhor pretendia que ocupasse esse lugar, não reunia requisitos para se candidatar a esse concurso. Porém havia muitos funcionários que reuniam e não tiveram sequer a oportunidade de lutar por esse lugar. Consequência, muitas, esta reclassificação foi um acto nulo que pode ser invocado a todo o tempo. Pretendo dar conhecimento ao IGAT, ao Procurador Geral da República e ao Provedor da Justiça. À semelhança do que aconteceu já com outras Câmaras que procederam a estas reclassificações, esta será anulada e o funcionário será reposicionado na categoria que detinha antes, sendo certo que ele após a reclassificação passou a receber cerca do dobro do que recebia antes. A Câmara não teve culpa, quem reclassificou ilegalmente foi o Senhor Presidente. Quem indemnizará a Câmara, eu não. Note-se, e eu não tenho nada contra o funcionário em causa, mas sim contra as ilegalidades cometidas. Outra situação que o Senhor Presidente nunca vai poder desmentir, o que é que o Senhor Presidente seria capaz de fazer para me ver pelas costas, ou melhor, o que não seria? Para além de querer uma Lei que lhe permitisse pagar para eu cá não pôr os pés, o Senhor disse-me ainda nesse dia em que o Senhor me chamou ao seu gabinete, e o Senhor sabe que tenho testemunhas, “você é uma incompetente, uma inútil só aqui anda a estorvar e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

a prejudicar as colegas, porque enquanto cá estiver eu não abro concurso na carreira administrativa. E mais, se você quiser ir para outra Câmara, olhe, se quiser ir para a de Pombal, eu até escrevo ao Presidente da Câmara a dizer que você é a melhor do mundo”. Então, o Senhor Presidente tinha acabado de me chamar inútil e incompetente e depois declarava que eu era a melhor do mundo. O Senhor era capaz de prestar falsas declarações e por escrito só para me ver pelas costas. Do esforço resulta que sim. Na verdade, nesse tempo todo o Senhor não abriu concurso para a carreira administrativa, asfixiando assim toda a carreira, porquê? Só porque, como o Senhor disse, e bem, eu faria as provas a cantar? E para que eu não fosse promovida, o Senhor foi capaz de impedir cerca de vinte funcionários de serem promovidos. Quem é que o Senhor promove? Quem erra permanentemente, mas que lhe faz a vontade? Tenho aqui uma intervenção sua que fez na Assembleia Municipal...” -----

-----O Sr. Presidente informou a D. Isilda que o seu tempo de intervenção tinha acabado, salientando que “sobre tudo aquilo que disse, não tenho nada a acrescentar em relação ao que eu próprio já afirmei na última reunião. Portanto, meus senhores, vamos continuar a reunião, tenho muito que fazer em prol do concelho e dos munícipes.” -----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

-----2.1.1 – REQUALIFICAÇÃO DAS ARTÉRIAS DA CIDADE -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho começou por se referir às obras de requalificação das artérias da cidade, salientando que “pelo menos do que é mais visível, parece-nos que agora há uma incidência mais forte no Largo Ribeiro do Amaral, e as artérias em si estarão com as infraestruturas feitas, mas um pouco mais secundarizadas na intervenção que está a ser realizada.” Questionou sobre quando é que se realizará a repavimentação final das artérias já intervencionadas, por entender que “apesar de termos melhorado em relação ao momento em que dispúnhamos do pavimento térreo ainda continuamos a ter alguns problemas, nomeadamente algum desconforto na circulação”.-----

-----2.1.2 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu o seguinte:-----

-----“Eu, de uma vez por todas gostava, muito sinceramente, de lançar um repto, independentemente dos dividendos políticos e eleitoralistas, ou outros, porque não é isso que me move. Todos nós somos interessados e temos responsabilidades autárquicas no sentido de desenvolver este concelho, criando condições para a fixação de pessoas, para que as pessoas tenham postos de trabalho e não tenham que se deslocar para fora do nosso concelho, ou não imigrem como acontece, infelizmente, numa percentagem já elevada. E portanto, há uma questão que vem sendo adiada e os exemplos recentes acabam por nos trazer algum “amargo de boca”, e estou a referir-me à LOGICPulse e à FaunaPOLIS, empresas que foram premiadas por programas de empreendedorismo deste executivo, e portanto há é alguma inconsequência infelizmente, em relação àquilo que já esperamos e que eu gostaria muito sinceramente que se verificasse, está mais do que na hora, já foi anunciada, mas estamos a perder tempo, refiro-me, naturalmente, à incubadora de empresas. Seja em instalações arrendadas, seja num espaço devidamente edificado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

com vista à criação dessas condições, mais duráveis no tempo, o que é certo é que precisamos realmente de dar esse passo. Há capital humano, há vontade, e eu acho que nós temos realmente que acolher todas estas manifestações/ iniciativas dos nossos empresários e dos cidadãos que se querem vir a caracterizar como tal, para podermos dinamizar adequadamente este concelho e criar cada vez mais razões para as pessoas não desistirem, não deixarem a sua terra Natal ou não deixarem de se fixar num concelho com grande potencialidade como é este, ainda que não sejam oriundos de cá. É uma preocupação sincera, e o repto que eu lançava era que, de uma vez por todas, se avançasse com essa iniciativa, que é urgente, e para que, pelo menos os elementos deste órgão, que não estão no executivo em permanência, porque é mais fácil as pessoas queixarem-se. E, é cansativo que repetidamente as pessoas nos abordem, como aconteceu comigo, dizendo que “se querem fixar..., que houve rejeição por parte do executivo..., que a Câmara não quer..., não querem cá empresários..., que esta indústria não serve..., porque a outra também não serve...”. A situação que me foi reportada até tinha a ver com materiais cujo destino é a construção civil, e nós somos um concelho que abarca uma quantidade incalculável de pessoas que se dedicam à área da construção civil, obras públicas e obras particulares, e portanto, parece-me que tinha toda a pertinência. Ainda que não tivesse, podíamos exportar produção, não é isso que está em causa. Portanto, avancemos convictamente, temos que reorganizar e hierarquizar as prioridades, e este, é sem dúvida, um projecto que já deveria estar em elaboração de maneira a conseguirmos capitalizar vontades, saberes, e criação de postos de trabalho, que é isso fundamentalmente que nos interessa, é criar condições de vida aos cidadãos que nos procuram.”-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu apoiar a Sra. Vereadora Maria José Freixinho quando fala em empreendedorismo do concelho, sublinhando que se trata de um assunto sobre o qual tem falado muitas vezes, e que continuará a falar, procurando que se tomem todas as medidas possíveis para que se consiga fixar no concelho um maior número de empresários. Referiu ainda entender que “a Câmara não faz empresários, mas pode criar condições, até na sua formação técnica”, lembrando que a Faculdade de Letras de Coimbra tem um departamento próprio para formação nessa área, e que muitas Câmaras da nossa região estão a aproveitar essa disponibilidade, em parceria com aquela Universidade, para a formação de potenciais investidores. Disse ainda entender que o Município de Oliveira do Hospital também poderia fazer algo mais em relação a essa formação, e entusiasmar futuros ou potenciais empreendedores.-----

-----2.1.3 – ESTGOH – ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu o seguinte:-----

-----“Este é um assunto do qual já aqui falámos repetidamente, já nos lamentámos do PIDDAC não avançar com verbas que potenciasssem o iniciar da construção das novas instalações no terreno que a Câmara oportunamente reservou para esta escola. O que é certo é que a formação ao nível Superior é uma raridade. Nós dispomos, neste momento, de todos os patamares de ensino no nosso concelho, o que é uma grande conquista, não a podemos perder, temos sobretudo e era isso que interessaria, pois poderíamos ter instalações e não ter alunos, temos 700 alunos e, neste momento, será essa massa humana que nos deverá fazer sentir pressionados para dotarmos a escola de outras condições. Nós sabemos que, e já foi tornado público, o anfiteatro da Caixa de Crédito Agrícola, desta cidade, já está a ser usado para ministrar determinadas aulas de algumas disciplinas leccionadas na Escola Superior. Sabemos que a expressão que agora se vai ouvindo é de que “a escola está pelas costuras”, ou seja, temos muitos alunos a estudar nos corredores, que não se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

confinam àquele espaço provisoriamente encontrado para ela funcionar para conseguirem alcançar todos os seus objectivos. E portanto, sob o ponto de vista de quem está a observar tudo isto é bom. É bom que realmente estejamos assim, quer dizer que somos um concelho com uma escola que tem qualidade, que continua atractiva, que é procurada por alunos oriundos de várias partes do país e, temos que fazer mais, não nos podemos resignar ao que existe, temos que dar todo o apoio a esta escola, ao seu Director, ao seu corpo docente, pessoal não docente, alunos, porque eles merecem com certeza trabalhar noutras condições, todos eles, e são dignos de um espaço diferente que torne ainda mais agradável e apetecível o ensinar-se e o ser-se ensinado. Portanto, penso que de uma vez por todas temos que tomar atitudes mais visíveis, temos que ser audíveis junto da Administração Central, porque esta escola merece de facto o nosso entusiasmo o nosso apoio e não podemos, nesta fase, desagradarmos a quem desagradar, ficarmos a ver os anos passarem, a escola crescer em número de alunos e não crescerem nas suas infraestruturas e nos seus equipamentos.”-----

-----2.1.4 – FONTANÁRIOS DO CONCELHO/ PATRIMÓNIO HISTÓRICO DA NOSSA REGIÃO -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho, referiu-se à água que é fornecida pelos fontanários do concelho, salientando que “os fontanários do nosso concelho são património histórico de grande relevância e de grande importância. Tem havido o cuidado, por parte do executivo em permanência da recuperação de grande parte desses fontanários, de forma a preservar as suas características originais e a não fazer esquecer aquilo que é um pedaço da nossa história, cuja finalidade é o cidadão poder dispor de água pública.” Referiu-se ainda à colocação de uma placa na Fonte do Ameal a alertar para a má qualidade da água, sublinhando que “com isso estamos a contribuir para que possamos “perder alguns cidadãos que antigamente vinham cá à terra, bebiam água do Ameal, e ficavam”. Gostaria que esta Câmara tomasse todas as iniciativas que fossem pertinentes, embora que, em relação à água do Ameal exista o problema da emissão do radão, que poderá não assegurar a sua qualidade, mas há outros pontos no concelho de água pública que são sempre um ponto de paragem obrigatório por quem passeia pelo mesmo e que seria de preservar a sua qualidade, criando condições para que essa fosse garantida aos seus consumidores. E portanto, penso que a Câmara terá meios técnicos e humanos para conseguir fazer um levantamento de toda essa realidade do concelho para poder assegurar a todos que a água que se bebe nos fontanários em Oliveira do Hospital não prejudica a saúde, que se pode beber e levar para casa.”-----

-----2.1.5 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – JUSTIFICAÇÃO DO SEU SILÊNCIO -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu o seguinte: “O meu silêncio em relação à intervenção do público, nomeadamente da funcionária desta casa que apresentou aqui o seu problema, e que eu não estando presente na reunião pública anterior tive oportunidade de ler em acta aquilo que se terá passado, tem a ver com isto, porque os silêncios às vezes são mal interpretados, e para que ninguém fique com dúvidas. Este é um problema que os membros deste órgão sabem que é da competência exclusiva do Sr. Presidente da Câmara, “não meto a foice em seara alheia”, não vou tecer comentários, ouvi. A Srª funcionária está no seu direito, deve exercê-lo todas as vezes, como todos os cidadãos, sempre que o entendam. Parece-me, nesta fase, aliás não merecer da minha parte qualquer comentário a partir do momento que pude perceber pelas palavras da Senhora que o assunto está a ser tratado na via judicial, é o fórum próprio e último para quando estas questões não têm solução antes de lá chegarem. Espero que termine a bem, repondo a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

legalidade, se for o caso, ou confirmando-a, se ela tiver sido exercida e implementada, e enfim, que aprendamos todos com estas situações, para que se erros há, não se voltem a cometer.” -----

-----Eram 10 horas e 55 minutos quando o Sr. Vereador José Francisco Rolo entrou na sala de reuniões.-----

2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----**2.2.1 – EN 230/ CONVENTO DO DESAGRAVO – REQUALIFICAÇÃO DE UM RAMAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à requalificação de um ramal existente perto de Vendas de Galizes, em direcção a Vila Pouca da Beira, numa ligação da Estrada Nacional 230 com o Convento do Desagravo, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre se as obras levadas a efeito no referido local advêm de uma requalificação com projecto definitivo, se provisório, dado ter constatado que os trabalhos realizados têm muitas “deficiências”. -----

-----**2.2.2 – PRAÇA DE TÁXIS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à Praça de Táxis de Oliveira do Hospital, deduzindo que a Câmara Municipal esteja a procurar resolver os problemas que se têm vindo a manifestar recentemente no seio dos taxistas. Insistiu na necessidade de que todos sejam ouvidos a fim de ouvir a opinião de todos e os seus interesses, porque alguns têm interesses pessoais que às vezes não se coadunam com os interesses da comunidade. É bom que se oiçam todos eles para se arranjar, embora provisoriamente, até porque as obras de requalificação da cidade ainda não estão concluídas, uma solução, mas se resolva alguma coisa mais avançada e mais consentâneo com os desejos dos taxistas.-----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----**2.3.1 - EMPREENDEDORISMO DE BASE LOCAL – O PAPEL DA AUTARQUIA**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo relativamente ao empreendedorismo de base local referiu que: “Várias vezes tenho insistido nesta questão, assumo-a como uma questão central e nuclear para o concelho e que devemos assumir como prioritária, começando por resolver esta questão e depois avançar para outras. Sobre o papel da autarquia neste domínio temos insistido na criação e no arranque da incubadora de empresas, na ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, na divulgação mais ampla do Pólo Industrial da Cordinha e dos incentivos para a sua ocupação, mas também, na necessidade de criarmos novos pólos de localização empresarial, e particularmente, isto é um tema recorrente, a criação de pelo menos uma área de localização empresarial no concelho. O Programa Operacional *Mais Centro* contempla este tipo de projectos e este tipo de candidaturas, quer seja no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento para o concelho, quer seja no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Pinhal Interior Norte, deve-se pensar seriamente a criação de uma área de localização empresarial cumprindo todos os requisitos que esta designação implica, de alguma forma, uma área de localização empresarial será a última geração em termos de zonas industriais. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Ao nível dos incentivos temos o Empreender + e o Oliveira Finicia - Invista +, acho que precisam de ser urgentemente reformulados. Devemos pensar, ou entre a parceria que implementa estes projectos, ou a partir da Câmara, em reformular estes instrumentos de incentivo ao investimento e depois a componente de sensibilização e formação para o empreendedorismo. Começar por dialogar com o sector empresarial, é importante ouvir os representantes da indústria, do comércio e dos serviços, mas também o ensino superior. É importante ouvir e agir de acordo com os instrumentos que a autarquia dispõe neste domínio. Há que aproximar o sector produtivo do concelho, do ensino superior, para isso, e insisto, acho que é tempo de se pensar em criar o Gabinete de Apoio ao Investidor, que é aliás uma medida preconizada pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município. É urgente arrancar com a formação na área do empreendedorismo. Observem-se os exemplos de vários concelhos do distrito. Acho que a partir do Empreender + deve-se valorizar e incentivar o investimento empresarial e produtivo e esta deve ser a prioridade da acção política da Câmara Municipal. Esta componente do empreendedorismo, volto a referir, é uma forma de dar cumprimento ao Plano Estratégico de Desenvolvimento que foi encomendado pela Câmara Municipal e, portanto, devemos dar sequência a esse documento, pelo menos a algumas das medidas que de imediato se podem levar por diante, caso contrário ele de pouco servirá.” -----

-----2.3.2 – CONGRATULAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE UMA ACCÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE O QREN – INCENTIVOS ÀS EMPRESAS EM OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo congratulou-se pela realização em Oliveira do Hospital, no próximo dia 6, de uma acção de divulgação dos programas temáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Era uma medida que deveria ter sido já implementada, há algum tempo, no concelho, ainda bem que o NDEIB assumiu esta responsabilidade, não sei se a Câmara se fará representar, contudo, acho que é uma acção importante para divulgação dos vários programas temáticos, e das várias linhas de apoio e prioridades de investimento, no domínio do QREN. -----

-----2.3.3 – PROMOÇÃO DE UMA ACCÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE O NOVO REGIME DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que o concelho de Oliveira do Hospital é um concelho com aptidão turística, há potencial, há alguns produtos turísticos de qualidade, pelo menos ao nível do alojamento eles são visíveis, têm notoriedade e têm expressão no domínio da qualidade. Há algum tempo atrás, o Sr. Presidente da Câmara deu-nos aqui informação que há intenções de investimento na área do turismo no concelho, até agora creio que nada se concretizou, a recomendação que deixo é que a Câmara Municipal deveria, em articulação com a Direcção Regional do Ministério da Economia, com o Turismo de Portugal ou com a própria Secretaria de Estado do Turismo promover uma acção de divulgação do novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos que recentemente sofreu alterações, divulgando em simultâneo os instrumentos de apoio financeiro para o Sector Turístico e também os objectivos e a estratégia que consta do Plano Estratégico Nacional de Turismo. Acho que tinha interesse fazer uma acção pública aberta à população, aos operadores turísticos e também aos vários empresários, sobre aquilo que são as novas oportunidades do Sector Turístico em Portugal.-----

2.3.4 – POSTO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA E DE VENDAS SITO NO PARQUE MERENDEIRO DE SENHOR DAS ALMAS-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra disse: “O edifício destinado a Posto de Informação Turística e de Vendas sito no Parque Merendeiro de Senhor das Almas está construído, foi feito um investimento avultado naquele espaço, quer na reabilitação do parque merendeiro, quer na construção das infraestruturas de apoio já concluídas há três anos, foram inaugurados no Verão de 2005. A Câmara se bem me recorda dá um subsídio à Junta de Freguesia para que uma funcionária faça a limpeza do parque. Estão ali investidos meios financeiros do município que devem ser rentabilizados, deve ser dada alguma utilidade àquele espaço e ele deve cumprir a função para a qual foi feito o investimento. A solução tarda, apesar da insistência com que temos tratado o assunto. Questionava qual é o programa que está previsto para a abertura daquele espaço, quando é que o espaço vai ser aberto, se vai ser aberto em exclusivo pela Câmara Municipal, se vai ser feita alguma parceria com uma instituição, falou-se na possibilidade de fazer uma parceria com a ADESA, qual vai ser a solução que se vai dar àquele espaço?” -----

2.3.5 – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DO 1º CEB DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – FUTURO CENTRO ESCOLAR – PEDIDO DE INFORMAÇÕES -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que, há uns meses, foi aberto concurso para a execução da obra, foi aprovado entretanto o financiamento por parte do Programa Operacional da Região Centro para o financiamento das obras, já aqui questionamos quando é que arranca a obra, não nos foi dito exactamente quando é que seria esse momento, foi pedido que fosse acautelada a segurança de alunos e professores em fase da obra, neste momento a questão que deixo é qual é o resultado do concurso, se a obra já foi adjudicada ou não, quando é que se prevê o início da obra, e se esse plano de segurança, que conjugue o evoluir da obra com a segurança dos alunos e professores, já está acautelado. -----

2.4 - INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE -----

-----O Sr. Presidente referiu que algumas das questões formuladas são recorrentes e que já se pronunciou sobre as mesmas, noutras reuniões havidas há pouco tempo, pelo que não vê qualquer utilidade em se voltar a pronunciar. -----

-----Relativamente à repavimentação final das obras já realizadas o Sr. Presidente informou que o que estava programado por uma das empresas do consórcio seria ter sido já aplicada a segunda camada de betuminoso – camada de desgaste, explicando que existiu uma “discrepância” entre a empresa que está a realizar as infraestruturas e a empresa que aplica o pavimento, não se tendo proporcionado, também, as condições climatéricas as mais favoráveis à aplicação do tapete. A informação que lhe foi dada pelo representante da empresa foi que no dia 15 de Novembro se iniciariam tais trabalhos. -----

-----O Sr. Presidente no que diz respeito ao empreendedorismo referiu que, entende a preocupação dos Srs. Vereadores do PS e que também é a preocupação do executivo em permanência. Relembrou o momento que se vive, que é de desaparecimento e não de criação de empresas, pelas razões que todos conhecem. Concorda com a importância da formação, mas considera que existem algumas instituições a fazê-la que não estão minimamente vocacionadas para tal. Nesta área já deu aqui conta de que foi desenvolvido pela ESTGOH um curso de empreendedorismo. Na primeira fase entende que se devem privilegiar os empresários existentes, dar-lhes uma nova perspectiva, uma nova abertura, atendendo a que têm uma experiência consolidada, e quiçá, com uma nova perspectiva empresarial possam abrir o leque e criar mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

postos de trabalho. Informou ainda que a autarquia pretende avançar, no próximo ano, com formação ou educação para o empreendedorismo, junto da população escolar mais jovem, procurando inculcar-lhes desde cedo esses princípios. Referiu que há empresas no mercado que já fizeram esse tipo de trabalho, o qual consta primeiro de uma formação inicial aos docentes que vão orientar a formação, e termina com um processo de apresentação das cinco melhores ideias de negócio, ou seja, em termos práticos os próprios alunos participam no projecto, “e vão andar na rua a vender ideias de negócio para ver se as mesmas têm mercado ou não”. -----

-----Sobre a questão das Zonas Industriais ou Áreas de Localização Empresarial o Sr. Presidente referiu que também é preocupação do executivo em permanência, tanto que uma das prioridades sinalizada para integração no QREN ao nível da contratualização, foi precisamente a ampliação e a requalificação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente continuou dizendo que algumas indústrias podem-se instalar em zonas habitacionais, apesar de existir a ideia de que para pequenos projectos é preciso um lote de terreno na Zona Industrial. Considera que o problema fulcral é por um lado, a falta de capacidade financeira do investidor, aliada, eventualmente, a uma falta de apoio do Estado relativamente aos investimentos que se pretendem fazer. -----

-----No que concerne às actuais instalações da ESTGOH o Sr. Presidente referiu se trata de um assunto da competência do Governo e não da Câmara Municipal, o que não quer dizer que a Câmara não tenha colaborado em tudo quanto lhe tem sido solicitado pela ESTGOH ou pelo seu Director e pela Associação de Estudantes para desenvolvimento de actividades. Deu como exemplo a disponibilidade da Câmara para ceder a Casa da Cultura três vezes por semana para que esta Escola Superior pudesse ministrar as aulas teóricas com mais de cem alunos, tendo entretanto, este problema sido resolvido pela própria escola. Espera, e esta situação não é nova porque já no ano passado ocorreu, que efectivamente o Governo olhe para a situação atentamente, e resolva o problema das novas instalações da ESTGOH, que é uma instituição de capital importância, não só para o desenvolvimento do concelho, mas, fundamentalmente, desta região da Beira Serra. -----

No que diz respeito à qualidade da água nos fontanários o Sr. Presidente disse que “Não nos é possível garantir qualidade de água nos fontanários, por mais obras que se fizessem. Porque a água dos fontanários é proveniente de minas, portanto pode haver contaminações nos solos, uma vez que com as chuvas as águas atingem os níveis freáticos. Podemos hoje fazer uma análise e a água apresentar boa qualidade, e amanhã estar imprópria. Não podemos garantir qualidade da água em situações destas, daí a colocação das placas por precaução, porque continuamos a fazer periodicamente análises, só que essas análises valem o que valem. Para garantirmos a qualidade da água teríamos, praticamente de fazer análises todos os dias, o que é impossível. Continuamos a fazer análises periódicas, para podermos inferir de alguns riscos que podem advir, no entanto as pessoas estão devidamente avisadas e informadas, sabem que aquela água não é controlada.” Referiu ainda que a Sr^a Delegada de Saúde, há pouco tempo, falou sobre a questão da água e fez determinado tipo de afirmações que lhe pareceram bastante positivas, nesse sentido, ou seja, de dizer claramente às pessoas que enquanto bebem água da torneira, essa água está a ser controlada, o que nem sempre é possível nos fontanários. -----

-----Sobre este assunto o Sr. Vereador Albano Almeida referiu que, é verdade o que o Sr. Presidente disse, mas também é muito bonito culturalmente e historicamente que os fontanários tenham água e sejam preservados. -----

-----Quanto à questão da ligação ao Convento do Desagravo o Sr. Presidente informou que, foram feitas as melhorias possíveis. Disse também que, porque existiram proprietários que se mantiveram irredutíveis relativamente à questão da cedência, gratuita ou não de terrenos, para melhorar aquele acesso, cujo projecto previa uma ligação que tivesse pelo menos cinco metros de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

largura da plataforma, tal não foi possível. Finalmente referiu que se mantêm contactos com um proprietário de Vila Pouca da Beira, e está a ser estudada a possibilidade de fazer uma outra ligação, noutra local da freguesia, o que espera venha a concretizar-se. -----

-----Relativamente à praça de táxis de Oliveira do Hospital o Sr. Presidente referiu que, já anteriormente abordou aqui este assunto em reunião havida há dias com três taxistas, tendo-se apercebido da dificuldade de obter uma solução consensual dada a concorrência inerente à profissão. Referiu que enquanto decorrerem as obras de requalificação da cidade a praça ficará no local provisoriamente estipulado, não se opondo à recolha de passageiros em qualquer ponto da cidade, estando no entanto fora de questão o estacionamento livre, conforme pretendido por alguns daqueles profissionais.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “a Câmara Municipal tem a obrigação da regulação da actividade.”-----

-----O Sr. Presidente relativamente à questão do investimento turístico no concelho, informou que, após a emissão dos pareceres das diversas entidades externas, já foi deferido o projecto de arquitectura de uma nova unidade turística no concelho, lamentando no entanto a burocracia inerente a tais processos que dificulta a sua célere aprovação.-----

-----Sobre as obras de requalificação e ampliação da EB1 e Jardim-de-infância de Oliveira do Hospital o Sr. Presidente informou que foi comunicada às empresas concorrentes a intenção de adjudicação da obra, tendo entretanto sido apresentada uma reclamação, por parte de uma delas, que está a ser analisada pela Comissão de Análise de Propostas, com vista a ulterior deliberação da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que “a formação a dar na área do empreendedorismo deve ser de qualidade, certificada e ligada ao Sistema Científico Tecnológico Nacional, ou seja a Centros de Estudos e Laboratórios das Universidades e Politécnicos. Sensibilização para o empreendedorismo já faz há vários anos o IIEFP/Centro de Emprego. -----

-----2.4.1 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO QREN -
INFORMAÇÕES -----

-----O Sr. Presidente informou quais as candidaturas individuais que foram apresentadas ao QREN, e o seu ponto de situação, a saber: -----

- No Programa Potencial Humano - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais de Saúde - Operação de Formação Profissional, candidatura apresentada a 14 de Março de 2008, foi proferida decisão final de indeferimento em 7 de Outubro de 2008, após ter sido apresentada reclamação da intenção de deferimento.-----

- No Programa Regional do Centro – Mais Centro - Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) – Operação Reengenharia de Processos, candidatura apresentada a 29 de Fevereiro de 2008, proferida a decisão final de indeferimento em 4 de Setembro de 2008, por indisponibilidade financeira; -----

- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar – Operação Remodelação e ampliação da EB1/JI de Oliveira do Hospital, candidatura apresentada a 02 de Maio de 2008, proferida decisão final favorável em 29 de Maio de 2008;-----

- Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana – Requalificação Urbanística do Largo Ribeiro do Amaral e Requalificação da Avª 5 de Outubro, Rua General Santos Costa e da Rua Prof. Antunes Varela, em Oliveira do Hospital, candidatura apresentada a 24 de Outubro de 2008, ainda se encontra em apreciação.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente informou ainda quais as candidaturas colectivas apresentadas ao QREN, a saber: - -----

-----Programa Regional do Centro – Mais Centro – Governação e Capacitação Institucional – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos – PROVERE (Acções Preparatórias) – Operação Frentes Ribeirinhas e Parques Verdes Urbanos, proferida decisão final de indeferimento em 7 de Outubro de 2008; -----

- Política das Cidades – Redes Urbanas para a competitividade e Inovação (Acções Preparatórias), proferida decisão final de indeferimento em 12 de Dezembro de 2007; -----

- Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (Programas Estratégicos) – Operação Rede Urbana Vilas do Pinhal, apresentada candidatura no dia 17 de Outubro de 2008;

- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental – Operação Preparação da Agenda 21 Local para a Região do Pinhal Interior Norte, proferida decisão final favorável; -----

- PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural – Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento – Operação Estratégia Local de Desenvolvimento, ainda se encontra em apreciação.-----

-----O Sr. Presidente deu conhecimento também que na última reunião da CIPIN, fez uma proposta para que fosse apresentada uma candidatura conjunta, no âmbito da modernização administrativa. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.4.2 - ARQUEOHOJE – ESCAVAÇÃO, RESTAURO E VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS MEGALÍTICOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.S.T. /Proc. 10/438/Doc.2

-----Relativamente ao assunto supracitado, e no seguimento da notícia divulgada no passado dia 17 de Outubro no jornal local “Correio da Beira Serra”, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 913/08, de 30 de Outubro, remetido pela entidade em epígrafe, no qual junta esclarecimento sobre o assunto em causa, documento que se anexa e que fica a fazer parte desta acta, o qual, em seu entender, deverá ser remetido pelo Município de Oliveira do Hospital para publicação no próximo número do referido jornal. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o presente esclarecimento ao jornal “Correio da Beira Serra”, para publicação na sua próxima edição. -----

3 - ORDEM DO DIA-----

3.1 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE-----

-----**3.1.1 - LUIS CARLOS LOPES DA FONSECA**-----

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Requer autorização para a instalação de dois reclusos luminosos no seu estabelecimento designado por “Restaurante do Chão do Prado”, sito no loteamento do Chão do Prado, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.2 – MARIA ADELAIDE OLIVEIRA - LOJA N.º 2 - EXTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL - MORTE DO OCUPANTE -----

D.A.G.F./Proc. 52/1/Doc.3

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o requerimento apresentado em 14 de Outubro de 2008, pela D. Maria Adelaide Oliveira, filha do adjudicatário da Loja nº 2 – exterior do Mercado Municipal, devidamente fundamentado com informação do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, a solicitar a transferência da referida loja para o nome da firma “Oliveiralimentar, Lda”, com sede em Senhor das Almas, deste concelho, da qual é sócia, atendendo a que o seu pai já faleceu em 23 de Abril de 2008.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças acima mencionada, propor o indeferimento do requerimento em causa, após audiência da requerente a efectuar nos termos do disposto nos artigos 100º e 101º do CPA, dado que o mesmo, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 340/82, de 25 de Agosto, não reúne as condições necessárias para que se opere a transferência pretendida. -----

3.3 - APROVAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTARES DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA "UM OLHAR SOBRE O CONCELHO" -----

D.A.G.F/Doc.4

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea a) e b) do nº 4 e a) do nº 7, ambos do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar as Normas Regulamentares, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, que regerão o Concurso de Fotografia “UM OLHAR SOBRE O CONCELHO”, a decorrer de 11 de Novembro de 2008 a 6 de Fevereiro de 2009, e que incluirá a atribuição dos seguintes prémios por categorias:-----

-----A) TRABALHOS A PRETO E BRANCO: -----

-----1º Prémio – 500,00 € e diploma -----

-----2º Prémio – 350,00 € e diploma -----

-----3º Prémio – 200,00 € e diploma -----

-----B) TRABALHOS A CORES: -----

-----1º Prémio – 500,00 € e diploma -----

-----2º Prémio – 350,00 € e diploma -----

-----3º Prémio – 200,00 € e diploma -----

3.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS: -----

A-1) - FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA-----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, para fazer face a despesas de electricidade do edifício do Posto de Internet e fornecimento de lenha ao Agrupamento de Escolas da Cordinha. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) - FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio ao arranjo do Caminho do Passal, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES: -----

-----**B-1) - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DO SEIXO DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial do Seixo da Beira, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, como apoio ao restauro da imagem da N. Senhora da Guia, pertencente àquela paróquia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-2) – ARCIAL**-----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ARCIAL, um subsídio no montante de **6.750,00 € (Seis mil, setecentos e cinquenta euros)**, a título de comparticipação nos encargos com o transporte dos utentes, residentes no concelho, que frequentam aquela instituição. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-3) – UNICEF**-----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à UNICEF, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)**, como apoio à realização de uma campanha contra a má nutrição que afecta milhões de crianças em diversas partes do globo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

3.5 - PROTOCOLOS DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL-----

D.A.G.F./Doc's 5,6,7,8 e 9



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos Protocolos, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e diversas entidades do concelho, a saber, Futebol Clube de Oliveira do Hospital – Hóquei em Patins e Futsal, Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, ADEPTOLIVA – Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil, ARCED – Associação Recreativa Cultural Escolas Desportivas João Veloso e Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, com vista à cedência do Pavilhão Desportivo Municipal, envolvendo recinto de jogo, balneários e áreas destinadas ao público, para desenvolvimento de actividades desportivas durante a época 2008/2009.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os presentes Protocolos. ---

-----Na qualidade de Presidente de Direcção da ADEPTOLIVA, o Sr. Vereador Paulo Rocha ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e aquela entidade, tendo a Sr^a. Vereadora Maria José Freixinho assumido igual procedimento na altura da apresentação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.-----

-----Foi igualmente deliberado, ao abrigo do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão de Prestação de Serviços, isentar as entidades acima identificadas do pagamento das taxas devidas pela utilização do espaço – recinto do jogo, balneários e áreas destinadas ao público durante o período de vigência dos respectivos Protocolos. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo manifestou algumas reservas em relação ao ponto 2 da Cláusula IV dos protocolos ora aprovados, ou seja relativamente à obrigação de os clubes/instituições pagarem taxas pela utilização do Pavilhão, nos jogos em que procederem à cobrança de bilhetes, tendo sido informado de que tal estava previsto no Regulamento respectivo e na Tabela de Taxas e Licenças. -----

3.6 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.6.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./Doc.10

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 22 de Outubro e 03 de Novembro de 2008, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3.7 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

-----**3.7.1 - ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO**-----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na Assembleia Geral da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, que teve lugar no passado dia 27 de Outubro do ano em curso, no Auditório da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, com vista à realização de eleições para a Mesa da Assembleia Geral e para a Direcção daquela entidade, para o quadriénio 2008/2012.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----3.7.2 - MUNICÍPIO DE PENELA – ALTERAÇÃO DE SEDE DA REGIÃO DE
TURISMO DO CENTRO - MOÇÃO -----**

D.A.G.F./Procº 33/9

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 10 de Outubro de 2008, remetida pelo Presidente da Assembleia Municipal do Município de Penela, a dar conta de que aquele órgão, em Sessão Ordinária realizada no passado dia 26 de Setembro do ano em curso, aprovou a seguinte moção: -----

----- *“Considerando que a fixação da sede da nova entidade promocional do turismo da Região Centro no distrito de Aveiro, em detrimento do distrito de Coimbra, constitui um esvaziamento dos serviços descentralizados do Estado, sem fundamento;* -----

----- *Considerando que o distrito de Coimbra representa a maior oferta de capacidade hoteleira;*

----- *Considerando que o distrito de Coimbra é a principal marca da Região Centro;* -----

----- *A Assembleia Municipal de Penela repudia a decisão governamental de fixar a sede da “Turismo Centro de Portugal” no distrito de Aveiro.”* -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**-----3.7.3 - AMINISTIA INTERNACIONAL - DIA MUNDIAL "CIDADES PARA A
VIDA" – 30 DE NOVEMBRO DE 2008 -----**

D.A.G.F./Procº 53

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 15 de Outubro do corrente ano, remetida pela entidade em epígrafe, a dar conta de que, no âmbito das comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), lançou de novo o apelo aos municípios portugueses para que no dia 30 de Novembro iluminem o pelourinho ou um local de igual importância simbólica, juntando-se desta forma ao apelo mundial para a abolição da pena de morte e exprimindo assim a afirmação do valor da Vida. Neste sentido convida o Município a incluir a Lista de Honra de cidades empenhadas nesta luta mundial, aderindo à Campanha “Cidades para a Vida/ Cidades Contra a Pena de Morte”.-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**-----3.7.4 - ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA - SITUAÇÃO FINANCEIRA/ TESOURARIA -
RESPOSTAS DADAS AO JORNAL CORREIO DA BEIRA SERRA -----**

D.A.G.F./Procº 42/19/Doc.11

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 5369/2008, de 29 de Outubro, remetido pela entidade em epígrafe, a dar conta da situação financeira da empresa à data de 30 de Setembro do ano em curso.-----

-----Foi igualmente presente o Fax, datado de 24 de Outubro de 2008, a dar conhecimento das respostas dadas pela empresa Águas do Zêzere e Côa, às questões colocadas pelo Jornal “Correio da Beira Serra”, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**-----3.7.5 - PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO - NOTIFICAÇÃO
DE DECISÃO -----**

D.A.G.F./Procº 42/15/Doc.12

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 09520, de 24 de Outubro de 2008, remetido pela entidade em epígrafe, a dar conhecimento de que, por despacho de 2008/10/07 do(a) Presidente da Comissão Directiva do PO Potencial Humano, foi proferida decisão final de indeferimento da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

candidatura nº 010448/2008/34 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, apresentada por esta Câmara Municipal, e bem assim de que as razões aduzidas na resposta ao projecto de decisão, remetidas através do nosso ofício nº 6253, de 6 de Agosto de 2008, não mereceram acolhimento pelos fundamentos constantes da Informação nº 678, de 2008/10/07, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.7.6 - VODAFONE - RELATÓRIOS DA MONITORIZAÇÃO DE CAMPOS ELECTROMAGNÉTICOS** -----

D.S.T./Procº 22/1/Doc.13

-----Remete para conhecimento desta Câmara Municipal o Relatório da Monitorização de Campos Electromagnéticos das Estações Base da Vodafone Portugal, abrangidas até ao momento no Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.7.5 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./Doc.14

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 20 de Outubro e 02 de Novembro de 2008, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3.8 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----**3.8.1 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LAGARES DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Proc.69/4

-----Solicita autorização para proceder à interrupção do trânsito da Rua do Ribeiro do Moiro, no Bairro da Nossa Senhora da Conceição (estrada que envolve a escola, desde o portão principal até ao secundário), em Lagares da Beira, para a realização da prova de Corta-Mato Escolar, que terá lugar no próximo dia 12 de Novembro.-----

-----Face ao solicitado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a interrupção da referida via pública. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira do pagamento das taxas inerentes ao referido evento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

-----**3.8.2 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL INTERIOR NORTE** -----

D.A.G.F./Doc.15

-----O Sr. Presidente propôs que a Câmara Municipal solicite ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a marcação de uma sessão extraordinária daquele órgão para o próximo dia 14 de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Novembro, pelas 21h00, para efeitos de aprovação da proposta de estatutos da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte e de eleição de cinco membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal.

-----O Sr. Presidente deu ainda conhecimento que a necessidade destas deliberações decorre da urgência de adaptação da Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte ao novo regime jurídico do associativismo municipal – Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto –, aplicando-se o mecanismo de conversão simplificado previsto no seu artigo 38º.

-----Depois de devidamente analisada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----3.8.3 – MOTO CLUBE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – PASSEIO TODO-O-TERRENO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2008-----

D.A.G.F. /Proc. 69/4

-----Requer autorização para a realização do Passeio Todo-o-Terreno, que terá lugar no dia 9 de Novembro do corrente ano, na área do concelho de Oliveira do Hospital, abrangendo duas localidades do concelho de Seia, Aldeia Nova e Cabeça de Eiras. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido evento nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal. -----

3.8.4 – AUTARQUIA DISTRITAL DE CANTAGALO – ACTA - -----

-----Remete Acta da reunião de 16 de Março de 2008 da Câmara Distrital de Cantagalo para conhecimento desta Câmara Municipal, e a fim de ser ratificada a deliberação daquele órgão autárquico que aplicou o subsídio que lhe foi atribuído por deliberação de 18 de Dezembro de 2007, para aquisição de equipamento informático, na compra de veículos motorizados necessários à prossecução das suas actividades. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com o procedimento adoptado. -----

4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:-----

4.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

4.1.1 - ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO PORTUGAL-----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento que ontem esteve presente na cerimónia de tomada de posse do Sr. Presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES-----

4.2.1 – Entrega de DVD Queijo Serra da Estrela-----

----- O Sr. Presidente entregou aos Srs. Vereadores o DVD relativo ao Grande Livro do Queijo Serra da Estrela. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

4.2.1 – CICLO DE CINEMA PORTUGUÊS

D.A.G.F./Doc.16

-----Foi presente pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes o mapa estatístico de espectadores referente às sessões do 3º Ciclo de Cinema Português, que decorreu durante o passado mês de Outubro. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2.2 – ABERTURA DE EXPOSIÇÃO DE PRESEPIOS

----- A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes informou que amanhã vai ser a abertura da exposição de Presépios, no Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva, em Bobadela. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

CONCLUSÃO DA ACTA

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 4 de Novembro de 2008 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 4 DE
NOVEMBRO DE 2008**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**